

DOI: 10.20396/cel.v63i00.8665092



SAÚDE, CIÊNCIA E POLÍTICA NA ENCRUZILHADA DE DISCURSOS: OUTRA GUERRA DA VACINA

HEALTH, SCIENCE AND POLICY AT THE CROSSROADS OF DISCOURSES: ANOTHER VACCINE WAR

Luiz Felipe Andrade Silva¹
Angela Corrêa Ferreira Baalbaki²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o discurso sobre vacinação contra o novo coronavírus. Fundamenta-se no quadro teórico da Análise do Discurso materialista e toma como *corpus* principal textualidades digitais contemporâneas que circulam no *Twitter*, observando para tal o modo de funcionamento das marcas linguísticas presentes nas textualidades selecionadas. Uma guerra (informacional) da vacina está sendo produzida: sentidos favoráveis e contrários circulam e fazem ecoar efeitos de sentidos que percorreram outros momentos históricos por meio de um trabalho da memória discursiva. Em virtude desse movimento de sentidos, constituímos um *corpus* secundário com charges publicadas em jornais do início do século XX e imagens postadas em outra rede social, o Facebook. Trabalhando no entremeio de diferentes textualidades, promovemos um gesto de interpretação que intenta a constituição do discurso anti-ciência, na inter-relação com o discurso conservador.

Palavras-chave: Análise de Discurso; vacinação; Covid-19; Revolta da Vacina; anti-ciência.

Abstract: Based on the theoretical framework of the materialist Discourse Analysis, this paper aims to analyze the discourse on vaccination against the new coronavirus. In order to do so, it takes contemporary digital textualities that circulate on *Twitter* as its main corpus, by observing for this the way the linguistic marks—present in the selected textualities—work. A(n informational) war on the vaccine is being produced: favorable and contrary meanings circulate. They echo effects of meanings that have crossed other historical moments through a work of discursive memory. As a result of this movement of meanings, we constituted a secondary corpus with cartoons published in newspapers of the early 20th century and images posted on another social network, *Facebook*. By working in the midst of different textualities, we promote a gesture of interpretation that intends the constitution of the anti-science discourse, in the interrelation with the conservative discourse.

Key words: Discourse Analysis; vaccination; Covid-19; Revolt against the vaccine; anti-science.

1. INTRODUÇÃO

O final do ano de 2020, sobre o qual podemos dizer, com segurança, que será caracterizado na historiografia mundial pela pandemia da Covid-19, foi marcado pela

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. lfelipe.andrades@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5938-5505>.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
angelabaalbaki@hotmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9295-7923>.

desilusão e pela esperança: desilusão porque, após nove meses de isolamento social, gradativamente amenizado, assistia-se a um recrudescimento das contaminações pelo novo coronavírus³; esperança, porque alguns países aprovaram vacinas, começaram a ser divulgados planos de vacinação e, no Brasil, a última etapa de testes laboratoriais de um imunizante chegava (quase) ao fim.

Nesse cenário, a corrida pelo desenvolvimento da vacina, acompanhada ao longo do ano pelos jornais e pelas redes sociais, que se marcava não apenas como uma questão sanitária, mas mercadológica – o primeiro laboratório a ter vacinas prontas sairia na frente em um mercado mundial, sequioso pelo fim das restrições sanitárias –, chegava ao fim com inúmeros concorrentes. Começava então uma disputa política e diplomática. No Brasil, particularizou-se, nessa conjuntura, a celeuma entre o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e o Governador do Estado de São Paulo, João Doria Júnior – uma especulação da prévia midiática dos embates eleitorais de 2022.

Doria anunciou oficialmente, no dia 10 de dezembro, em seu *Twitter* e em coletiva de imprensa⁴, o início da produção industrial da Coronavac pelo Instituto Butantan e ainda a promessa de que a produção paulista poderia ser utilizada para salvar milhões de brasileiros. Com isso, acirrava-se uma disputa do governador de São Paulo pela dianteira no processo de imunização, que sofrera oposições da presidência. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sob ingerência do governo federal, adquire então um papel estratégico na disputa política entre Doria e Bolsonaro – disputa pela prevalência na concessão ou não da autorização pelo uso de vacinas contra Covid-19.

A *Folha de S. Paulo*, jornal que compõe um conglomerado de mídia comandado pela tradicional família Frias, começou a veicular diariamente notícias, editoriais e artigos de opinião que defendiam a Coronavac. No dia 8 de dezembro, publicava o editorial “A corrida da vacina”, na qual se afirmava:

O presidente vê Doria como um adversário perigoso em 2022. O governador tucano, por sua vez, não esconde sua pretensão presidencial. Em entrevista à *Folha*, nomeou o combate à pandemia como um ativo eleitoral óbvio.

Se tal politização, de lado a lado, é incontornável, resta esperar que ela sirva para trazer mais transparência e celeridade ao processo de encontrar um imunizante seguro e eficaz para a população. (CORRIDA, 2020).

E encerrava dizendo: “Que cesse já a politização da vacina, que só tem de ser eficaz e segura” (CORRIDA, 2020). Afirma-se o caráter político, diríamos ideológico, da produção discursiva em torno da aprovação e da aplicação da vacina, ao mesmo tempo

³ Como aponta notícia da *Folha de São Paulo*, aos 10 de dezembro de 2020: “O país tem mantido o aumento da média móvel de mortes em relação a 14 dias atrás. O valor em questão tem ficado acima de 600 mortes [por semana]. Todas as regiões, menos o Norte, tiveram saltos superiores a 20% na média móvel de óbitos” (BRASIL, 2020). No início de 2021, porém, o Norte do país sofreu com a falta de oxigênio nos hospitais (Cf: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depender-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2021.). Ademais, a região vivenciou uma nova onda de infecções, atribuídas a uma nova cepa do vírus (Cf.: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/02/10/covid-19-cepas-de-manaus-pode-comprometer-desenvolvimento-de-anticorpos-diz-oms>. Acesso em: 6 jun. 2021).

⁴ No *twitter*, João Doria anunciava: “Hoje tivemos um anúncio histórico para o Instituto Butantan: a produção da primeira vacina contra o coronavírus em território nacional”, e também que “[d]ezenas de Estados e centenas de Municípios já manifestaram interesse na Coronavac. Após sua aprovação [pela Anvisa], já teremos capacidade para imunizar imediatamente parte da população. O Brasil tem pressa para salvar vidas”. Disponível em: <https://twitter.com/jdoriajr/status/1337122571196772352>. Acesso em: 11 dez. 2020.

em que se aventa possibilidade contrária (“que cesse...”), como se houvesse um *fora da ideologia* no qual se poderiam situar quaisquer práticas históricas.

Intentamos, por meio do percurso do acontecimento discursivo – a polêmica em torno da pandemia –, abordar discursividades que não apenas têm sido recorrentes desde o momento anterior às eleições presidenciais de 2018, mas que reatualizam um episódio traumático da história republicana no país: a *Revolta da Vacina*, de 1904. Esses assuntos dizem respeito à confiabilidade da ciência e à obrigatoriedade da vacinação. Para tanto, em um primeiro momento, analisaremos os tuítes produzidos pelo atual presidente da República e os comentários realizados por internautas; posteriormente, analisaremos charges publicadas em jornais cariocas à época da Revolta da Vacina e, por fim, uma publicação em um dos grupos antivacina no Facebook – em um profícuo jogo de temporalidades. Apesar da diferença das textualidades e de sua forma de circulação social, o material que compõe nosso *corpus* tem como eixo temático a vacinação – seja do início do século XX, seja contemporâneo. O presente artigo baseia-se na fundamentação teórica da Análise de Discurso materialista, tradição inaugurada por M. Pêcheux, e tem como objetivo observar as redes de sentidos que constituem dizeres sobre a vacinação contra o vírus Sars-CoV-2, tomando-os na relação com a memória discursiva.

2. IDEOLOGIA: NATURALIZAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE VACINAÇÃO

A partir de uma perspectiva inserida no âmbito do materialismo histórico dialético, tal qual a defendida pela Análise de Discurso materialista (doravante AD), desenvolvida a partir dos estudos de Pêcheux (2009 [1975]), considera-se que a afirmação da “politização” e a possibilidade de seu cessamento veiculada pela *Folha* funciona como uma espécie de denegação do caráter ideológico da prática discursiva jornalística, das práticas dos governantes (Bolsonaro e Dória) e da prática científica, daqueles que se envolvem com o desenvolvimento, produção e aprovação da vacina, uma vez que “[t]oda prática discursiva está inscrita no complexo [...] das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.197).

Isso vale também para as práticas científicas (e sanitárias), como essas que abarcam a vacina de imunização contra a Covid-19, e não apenas para as falas de Bolsonaro, Doria ou a *Folha*. Nesse sentido, reafirmamos nossa posição contrária ao posicionamento inicial de Althusser (2015b [1966]) ao caracterizar a ideologia por oposição à ciência – posicionamento esse que vemos desdobrado, rearticulado, no editorial da *Folha* a que fizemos referência.

Em “Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens)” (ALTHUSSER, 2015b [1966]), publicado ainda na década de 1960, o filósofo francês concebe a teoria – “prática teórica de caráter científico” – como a prática que promove a transformação do produto ideológico das práticas empíricas em “verdades científicas” (ALTHUSSER, 2015b [1966], p.137). Nesse sentido, é seguido de perto por Pêcheux, em seus trabalhos iniciais publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert (PÊCHEUX, 2011 [1966]).

Rancière promove uma crítica a essa concepção de ciência como oposta à ideologia, criticando a posição de Althusser como “intelectual pequeno-burguês” (1971 [1969], p.40). De acordo com o autor, Althusser, ao distinguir ciência (teoria) e ideologia a partir de sua relação com a verdade, sem considerar sua inserção no âmbito das instituições burguesas de produção de conhecimento como as efetivas legitimadoras da “verdade científica”, acaba por ver em sua teoria um impedimento ao proletariado de sua

participação na luta revolucionária, uma vez que essa se constitui a partir da relação *praxística* entre teoria e prática política. “A ciência”, afirma, “não surge face à ideologia como o seu outro: surge no interior das instituições e nas formas de transmissão do saber em que se manifesta a dominação ideológica da burguesia” (RANCIÈRE, 1971 [1969], p.24).

Ao afirmar que é necessário que “cesse já a politização da vacina” (CORRIDA, 2020), atualiza-se a oposição que Althusser defende entre ideologia, de um lado, e ciência, de outro. A vacina, em si, não seria política, ideológica – haveria uma “ciência pura”⁵ –, é a ação dos governantes que a politiza; cessando essa politização da vacina, ela retornaria ao seu estado “natural”, desprovido de valor político e incumbido de ter eficácia e segurança (CORRIDA, 2020), características essas que a constituiriam como “simples” objeto técnico.

Com os desdobramentos das reflexões e as críticas recebidas de diversos outros teóricos marxistas, Althusser não apenas desenvolve uma autocrítica (ALTHUSSER, 1974) como uma reformulação de sua teoria da ideologia (ALTHUSSER, 1995 [1971]), sendo novamente seguido de perto por Pêcheux e demais autores da AD.

A ideologia passa a ser compreendida, não como oposição à ciência (“conhecimento verdadeiro”), como ocultamento, mascaramento da realidade, mas como o mecanismo de projeção/construção de transparências para serem interpretadas como evidências. Assim sendo, podemos afirmar que a “ideologia não é ‘X’, mas é o mecanismo de produzir ‘X’” (ORLANDI, 2002, p.265). A ideologia pode ser “compreendida como a direção nos processos de significação, direção esta que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (ORLANDI, 1990, p.36); em outros termos, a ideologia é *interpretação* do sentido (em uma direção), ou seja, diz respeito ao modo como os sentidos são fixados historicamente em determinada direção. Não se relaciona “a ideologia à *falta*, mas, ao contrário, ao *excesso*: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o já-lá” (ORLANDI, 1990, p.36). Na Análise de Discurso, o imaginário institui as relações discursivas, isto é, possibilita a condição de significação do sentido, como também da constituição do sujeito. É nele/por meio dele que se produz o efeito da transparência da linguagem; a ilusão de que podemos atravessar as palavras e atingir seu sentido literal, seu “conteúdo”.

Podemos dizer que o sentido de uma palavra é decorrente de sua relação com uma formação discursiva (FD) – matriz de sentidos. Uma mesma palavra inserida em diferentes formações discursivas produzirá sentidos diversos. Assim como diferentes palavras inseridas em uma mesma formação discursiva podem produzir o mesmo sentido. A respeito da questão da relação entre palavras e sentido, Pêcheux escreve:

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque [...] não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva [...] De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma

⁵ Cabe observar que, a despeito de a tese central de Althusser (2015b [1966]) se concentrar na oposição criticada por Rancière (1971 [1969]), ele pondera que “não existe ciência ‘pura’ a não ser com a condição de purificá-la incessantemente, ciência livre dentro da necessidade de sua história, a não ser com a condição de libertá-la incessantemente da ideologia que a ocupa, a habita ou a vigia” (ALTHUSSER, 2015b [1966], p.139). Observamos, porém, que sua ressalva reafirma a oposição entre ciência e ideologia, ainda que amenize as “bordas” que as distinguiriam.

formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido"[...] A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – "significantes" – em uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.147-148).

São os processos discursivos – os sistemas de relações de significantes em uma formação discursiva – que nos interessam como analistas de discurso. Voltando ao efeito da transparência do sentido, pode-se dizer que não há sentido único, literal. Assim, podemos retomar alguns efeitos de sentido para vacina: salvação; objeto de polêmica; produto da ciência; produto de teorias conspiratórias; questão sanitária; questão de imoralidade (como outrora, no início do século XX)⁶. O sentido de vacina será diferente conforme se refira a uma ou outra formação discursiva. Porém, no seu interior, o sentido é sempre "evidente", pois é "próprio de toda FD dissimular na transparência de sentido, que nela se forma, [...] que 'algo fala' (*ça parle*) sempre 'antes, em outro lugar e independentemente'" (PÊCHEUX, 2009 [1975], 149). Para os sujeitos inscritos em determinada FD, o sentido de vacina é considerado único e óbvio, transparente – embora não o seja.

Da mesma maneira, se compreendemos, com Althusser (1995 [1971]), que a ideologia tem uma existência material, inserida em prática ou práticas, os próprios atos que nela se inserem materializam a ideologia. Assim sendo, não apenas as posições sobre a "politização da vacina" ou a "simples eficácia e segurança da vacina" espelham a inserção do discurso em FDs determinadas, por sua vez inseridas em formações ideológicas, mas a própria produção, circulação, aprovação e pesquisa da vacina se inserem em uma prática histórica representada imaginariamente, regida por rituais, que adquirem sentido através da ideologia.

Os sentidos que se apresentam como literais são produtos da história, e não o resultado de uma relação natural com as condições de existência. Em determinadas condições de produção, há a dominância de um dos sentidos, mas outros sentidos possíveis ressoam. Por isso, podemos afirmar que toda produção discursiva é investida em processos de significação variados. É preciso ressaltar que "se os sentidos podem sempre ser *vários* e podem ser *outros*, isso não significa dizer que o sentido possa ser *qualquer um*" (ORLANDI, 2004 [1996], p.56-57, grifos da autora). O sentido dominante – ao ser legitimado – fixa-se ideologicamente como sendo o único, o centro; cristaliza-se. Daí, há o efeito de literalidade – que enseja que a vacina é a salvação ou a armadilha conspiratória do outro vilanizado.

Retornando à questão dos sentidos, esses não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD na qual o sujeito se inscreve. Em outros termos, o sujeito posiciona-se na FD que o determina, identifica-se com determinados sentidos e rejeita outros. É também dessa forma que sujeitos e sentidos – constitutivamente descontínuos em sua historicidade, divididos em sua constituição pelo inconsciente e marcados por uma incompletude – garantem, pela força do imaginário, uma aparente unidade. Isso é efeito da ideologia que, dissimulando sua existência em seu próprio funcionamento, produz evidências nas quais se constitui o sujeito.

É importante frisar que as FDs são constituídas pelas diferenças, por contradições e confrontos. Estão em constante movimento, em um processo de reconfiguração,

⁶ Em charge de J. Carlos, publicada no *Tagarela*, em 12 de agosto de 1904, há os seguintes dizeres, atribuídos a um dos personagens masculinos: "Palavra de honra, *seu* aquele! No primeiro que puser a mão no braço da minha mulher eu ponho-lhe o pé na cara!" (RIO DE JANEIRO, 2006, p.16).

delimitando-se por aproximação e afastamento. É dessa forma que sujeitos e sentidos constitutivamente descontínuos, incompletos, divididos produzem a unidade imaginária a que nos referimos.

Observamos, no cenário brasileiro, a disputa de sentidos acerca da vacina contra o novo coronavírus, para a qual as duas figuras públicas, Bolsonaro e Doria, o primeiro em posição-sujeito-presidente e o segundo, posição-sujeito-governador, disputam “sentidos de governança” (ORLANDI, 2012, p. 133). As disputas de sentido acabam por se organizar em torno dessas duas posições, que funcionam como índices de posicionamentos diversos em torno do imaginário da *vacina*, imaginário esse que estabelece diversas relações com a memória discursiva. A fim de compreendermos essa intrínseca “politização da vacina” (não como efeito de um mau uso político da vacina, mas como funcionamento ideológico inescapável de qualquer prática histórica), observaremos um *tuíte* do Presidente da República e comentários de seus seguidores nessa rede social que tem servido como a principal plataforma de divulgação das suas ideias e como espaço de debates acalorados sobre as questões que atravessam nossa vida social (DUNKER, 2019).

3. A IMUNIZAÇÃO DA POLÍTICA OU POLÍTICA DE IMUNIZAÇÃO?

Aos 8 de dezembro de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro publicou em seu *Twitter* a seguinte postagem, tendo recebido, até o dia 12 do mesmo mês, mais de 78 mil curtidas, quase 5 mil comentários e mais de 11 mil compartilhamentos dentro da plataforma da rede social:

- O Brasil disponibilizará vacinas de forma gratuita e voluntária após COMPROVADA EFICÁCIA E REGISTRO NA ANVISA. Vamos proteger a população respeitando sua liberdade, e não usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder. (BOLSONARO, 2020)

Ainda que o editorial da *Folha* ao qual já nos reportamos, “A corrida da vacina” (CORRIDA, 2020), se oponha às ações do presidente, no que diz respeito ao modo como este tem combatido a pandemia, há a produção de efeitos de sinonímia em relação ao que é materializado discursivamente no *tuíte* de Bolsonaro.

Enquanto o editorial da *Folha* diz que a vacina “só tem de ser eficaz e segura” (CORRIDA, 2020), o *tuíte* do presidente fala em “comprovada eficácia e registro na Anvisa”. Pode-se inferir, portanto, que ser “segura” produz efeito de sinonímia com ter “registro na Anvisa”, órgão sanitário federal responsável pela testagem e aprovação de medicamentos em território nacional. Ao falar, porém, em “registro na Anvisa”, o *tuíte* de Bolsonaro reforça a autoridade presidencial e sua ingerência sobre o assunto, a despeito das ações de Doria, o que é minimizado pelo editorial da *Folha*.

Além disso, enquanto este pede “[q]ue cesse já a politização da vacina” (CORRIDA, 2020), responsabilizando Bolsonaro, no *tuíte*, o efeito promovido pela declaração de que não se deve “usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder”, embora semelhante, transfere a culpa (atribuída ao presidente pela *Folha*) para outro pela politização da vacina. Como, à data, o governador de São Paulo já estava divulgando a possibilidade de a vacinação se dar brevemente em seu estado, pode-se interpretar (como o fizeram vários dos comentadores do *tuíte*) que Doria seria quem a usa para fins políticos.

Encontramos nesse enunciado – “usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder” – também a produção de efeitos de sentidos regulares no, por assim dizer, *discurso bolsonarista*. Um deles diz respeito à propalada “antipolítica” sintetizada na máxima: “Mais Brasil, menos Brasília”, repetida exaustivamente durante a campanha eleitoral – máxima que não parece se coadunar com a possível autonomia paulista em face de uma nova vacina. Trata-se da promoção da vilanização da política no sentido partidário e burocrático (MARCOS, 2018) fomentada pelas denúncias de corrupção. Essa vilanização foi responsável pela construção da imagem do atual presidente como um “tipo diferente de político”, alheio aos jogos de poder, que usa as redes sociais como meio idôneo e direto de se comunicar com a população, sem passar pela intermediação da mídia (igualmente não confiável).

O outro efeito de sentido promovido por esse enunciado dá suporte à “antipolítica”: a incitação à polarização das massas, a partir da construção de um outro conspirador, maléfico. Possibilita-se a divisão binária do mundo: “nós” (bolsonaristas) e “eles”, conjunto no qual se insere agora Doria, como inimigo da “liberdade da população”, ao colocar seus “projetos pessoais de poder” sobre a sua “saúde”.

Essa formulação de que o “cidadão de bem” é vítima de uma conspiração alia-se à desconfiança nas instituições (midiáticas, jurídicas, políticas) e também tem repercussões no campo das ciências. Ao longo dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, ele e seus aliados fizeram declarações no sentido de invalidar a produção das ciências humanas e políticas (pretensamente guiadas apenas por interesses de esquerda), a teoria do aquecimento global, os malefícios do consumo de alimentos contaminados por petróleo, a compreensão de que a Terra é esférica e as vacinas.

Em diálogo com esse posicionamento anticiência, o *tuíte* do presidente recebeu inúmeros comentários a respeito da sua atual prudência em relação à vacina, em comparação à publicidade feita acerca da hidroxiclороquina e sua produção em massa no início da pandemia, mesmo sem comprovação científica de sua eficácia no tratamento da Covid-19. Citamos, abaixo, alguns desses comentários, preservando a identidade de seus autores, em virtude de não terem necessariamente perfis públicos⁷:

(1) Ué, de repente virou fã de comprovação científica⁸ pra algo? Bolsonaro, pare de MENTIR para as pessoas! Fazer politicagem com a vida das pessoas é nojento. – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h06

(2) Cria vergonha na cara Jair. Vocês produziram doze zilhões de toneladas de cloroquina, que os laboratórios do mundo todo tão cuspidando paper toda semana provando NÃO funcionar. Vem agora querer pagar de defensor da ciência? Tipo “a ciência só está certa quando concorda comigo”. – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h48

(3) você é tigrão com a vacina, mas é tchutchuca com a cloroquina – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h32

Nos comentários 1, 2 e 3, verificamos a construção do efeito de deboche como funcionamento de dizeres que destacam o antagonismo operado no gesto argumentativo do sujeito-presidente: ora distanciamento dos preceitos científicos, ora suposta aproximação a tais preceitos. Nos excertos “virou fã de comprovação científica”; “Vem agora querer pagar de defensor da ciência?”; “tigrão com a vacina, mas é tchutchuca com a cloroquina”, a pergunta retórica, a afirmação de ter se tornado fã ou mesmo paródia feita com a letra de uma música de funk subverte pelo deboche – ponto de “esgarçamento

⁷ Os comentários citados podem ser verificados no mesmo link da postagem do presidente.

⁸ Todos os sublinhados dos trechos que constituem nosso *corpus* foram feitos pelos autores do artigo.

da ideologia” (BAALBAKI; D’OLIVO, 2016, p.256) – os enunciados já produzidos que buscam invalidar o discurso científico, como apontamos anteriormente. Em contrapartida, uma série de outros comentários elogiava a declaração do presidente, enfatizando o caráter opcional de aplicação da vacina.

(4) Muito bem Presidente! O sr cumpre a constituição, que garante as liberdades individuais. Cada um que exerça seu livre arbítrio: quem quiser tomar vacina, tome quantas vezes quiser. Quem não quiser, não se vacine. Que o Eterno continue lhe abençoando, protegendo e iluminando! – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h17

(5) Eu não quero usar essa vacina. Só espero que não seja obrigatório e que nossa liberdade seja respeitada. Obrigado presidente. – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h05

(6) Parabéns Presidente, vacine-se quem quer e para aqueles que queiram que não é o meu caso, podem contar com o governo federal. – Comentário do dia 8/12/2020, às 19h21

(7) Perfeito Presidente. Eu por exemplo n quero me vacinar. Há 3 anos perdi uma irmã com gripe que virou pneumonia. Se fosse hj diriam que era o vírus chinês. Minha irmã n tinha boa imunidade. Nunca usei máscara e acho tudo isso uma palhaçada. O vírus existe como qq outro. – Comentário do dia 8/12/2020, às 21h02

Os trechos destacados – “liberdades individuais”; “quem não quiser, não se vacine”; “que não seja obrigatório e que nossa liberdade seja respeitada”, “vacine-se quem quer e para aqueles que queiram que não é o meu caso, podem contar com o governo federal” – buscam sustentar, pela repetibilidade, uma posição discursiva construída em dizeres que circulam socialmente em defesa da não-vacinação que mostra como gesto argumentativo as liberdades individuais, que deveriam ser respeitadas a qualquer custo⁹. Dito de outra forma, a declaração, no *tuíte* do Presidente, acerca do respeito à liberdade da população em tomar ou não a vacina, quando aprovada, e as declarações de alguns dos comentários, como esses de que fizemos a citação, reiteram determinado sentido de “liberdade de escolha” do cidadão em relação à imunização e inscrevem sua produção na memória discursiva da Revolta da Vacina, de 1904. Em outro comentário, o embate sobre origem da vacina é posta em causa.

(8) SE A VACHINA FUNCIONA, SE A VACHINA TE DEIXA IMUNE, NÃO FIQUE COM MEDO DAQUELES QUE NÃO VÃO TOMAR A VACHINA, AFINAL VOCÊ PRUDENTE E SOFISTICADO ESTARÁ PROTEGIDO... O MESMO RACIOCÍNIO VALE PRA ESSA PORCARIA DE FOCINHEIRA #PAZ – Comentário do dia 8/12/2020, às 18h09 (Os grifos em caixa alta são do original)

No comentário, coloca-se em cena um pretense diálogo entre apoiadores (seu outro) e não-apoiadores da vacina – sujeitos esses postos como prudentes e sofisticados, que pela relação ao não dito, seriam opostos aos imprudentes e toscos. O funcionamento

⁹ Cumpre destacar o funcionamento contraditório do apelo às “liberdades individuais” nesta formulação, uma vez que no interior de uma FD conservadora se defende o cerceamento dos corpos no que diz respeito à descriminalização do aborto, da legalização do uso de drogas, do casamento homoafetivo e dos direitos por proteção e direitos civis de sujeitos transexuais. Para Pêcheux, uma FD é definida como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (1988 [1975], p.160 – grifos do autor). A liberdade individual no que tange ao uso da vacina não é extensiva a outros campos, não é “universalizada”. Althusser (2015a, [1966]) chama atenção à inseparabilidade entre a “contradição” e a estrutura do corpo social, como resultado ideológico das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Caberia identificar, portanto, os mecanismos que permitem essa contradição em torno da defesa da “liberdade individual”, que levaria a questionar a individualidade do outro.

do deboche parece jogar com a ausência da legitimidade da ciência e de produção científica de determinada nação. Embora a estrutura concessiva “se a vacina funciona” e o imperativo negativo “não fique com medo” abram para a interpretação do leitor, tal abertura parece ser reduzida com a colocação de “respostas” dadas pelo sujeito-autor do comentário. Expliquemos melhor. Nesta simulação de diálogo, lança-se uma suposição em que se admite um fato contrário, que pela simulação do diálogo confere à resposta não-materializada do leitor, um “controle” do dizer. Como podemos perceber, trata-se de simulacro de diálogo, construído sobre a ilusão da reversibilidade dos interlocutores. Já o trocadilho – brincadeira morfológica no eixo da formulação linguística – observada em “VACHINA” marca a tensão ideológica do governo brasileiro com governos comunistas (pela produção de um neologismo composto pela junção de “vacina” e “China”) e/ou produz um efeito de infantilização do outro, adepto à imunização universal (“encenando” o processo de formação fonológica da criança pela troca da fricativa alveolar [s] pela palatal [ʃ]).

Tudo parece indicar que a relação entre obrigatoriedade e opcionalidade da imunização, confiabilidade e desconfiança em relação à ciência, presentes no *tuíte* do presidente e nos comentários feitos a ele, recuperam assim efeitos de sentidos atrelados à Revolta da Vacina – dizeres que não cessam de trabalhar e movimentar a memória discursiva.

4. REVOLTA DA VACINA – CONTINUIDADE OU RUPTURA?

Certamente, os anos iniciais do século passado foram marcados por epidemias que atingiam a população e por inúmeros embates políticos, como os relacionados à vacinação obrigatória e às medidas de higiene social. Em 1904, somente na capital federal, apenas vinte por cento da população tinha direito ao voto, em virtude das restrições de direitos políticos ao conjunto das pessoas consideradas do sexo masculino, maiores de idade, que sabiam ler e escrever. Não obstante, como observa Carvalho (1987), ainda que se deva reconhecer um alto grau de abstenção política e a apatia mesmo entre os considerados cidadãos plenos, “em várias ocasiões [...] havia manifestações populares de caráter político” (CARVALHO, 1987, p.91), dentre as quais se faz destacar a Revolta da Vacina.

Essa revolta não deixa de cessar a produção de sentidos na memória discursiva – compreendida como “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2007, p.56). Nos embates discursivos em torno da obrigatoriedade da vacinação, podemos observar movimentos entre o mesmo e o outro, a repetição e a ruptura, em que emergem lacunas repletas de historicidade. Embora lacunar, a memória torna-se “unívoca”, visto que um efeito ideológico toma determinado sentido como evidente e fixa-o. A memória comporta tanto continuidade quanto ruptura. Dessa forma, os sentidos sobre ciência, vacinação e revolta da vacina aparecem como literais, transparentes, óbvios.

A título de ilustração, a “lanceta” da ciência desembainhada por Oswaldo Cruz, tal como retratada na charge a seguir, publicada em *O Malho*, em 24 de outubro de 1904 (RIO DE JANEIRO, 2006, p.10), montado no “alazão-seringa”, atualiza o sentido de guerra, ressignificado no campo da saúde pública, mesmo antes dos acontecimentos que culminaram na morte de 30 pessoas, nos mais de cem feridos e nos mais de mil presos, após a insurreição do povo contra a vacinação obrigatória, em novembro daquele ano.



Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2917-a-revolta-da-vacina>

A lanceta, instrumento de lâmina dupla usado em cirurgias, torna-se, na charge de Leonidas, arma de confronto entre o “exército” (diga-se de passagem, exclusivamente branco) dos “agentes de saúde” e a população revolta (na qual se destacam duas mulheres negras) que usa de utensílios domésticos (penicos, vassouras, jarras) como suas armas; população que luta a pé contra a “cavalaria de seringas” da ciência. Ambos os sentidos – de guerra e de ciência – se fazem presentes, materializando o caráter polêmico ideológico do exercício científico, no qual também entram em disputa as elites brancas detentoras do conhecimento e do poder de mando e a grande parte da população, racializada, sem instrumentos apropriados e sem conhecimentos valorizados. Segundo Pereira (2002), a voz dos trabalhadores que gritavam nos logradouros contra a vacina, expondo-se nas manifestações, foi silenciada. Para tentar entender o sentido da revolta, o referido autor nos diz que é preciso saber quem eram os homens e mulheres que se insurrecionaram contra a obrigatoriedade da vacina. Da nossa posição teórica, assumimos que os efeitos de sentidos podem ser apreendidos por meio do batimento entre teoria e análise da materialidade linguística, até reconstruirmos seu possível funcionamento discursivo.

Tal funcionamento pode ser compreendido, ao menos parcialmente, com as análises de charges e de textos publicados em jornais locais da época. Por exemplo, Palma (2006, n.p.) nos lembra de que “[n]a quinta-feira, 10 de novembro de 1904, a cidade do Rio de Janeiro amanheceu em pé de guerra. O motivo para tamanha irritação era a publicação, por A Notícia, do draconiano projeto de regulamentação da Lei de Vacinação Obrigatória [...]”. Podemos apreender que um dos efeitos da posição contrária à vacinação se deu em meio à divulgação do projeto de lei em texto jornalístico. A mobilização da sociedade sobre a vacinação, em muito agenciada pela mídia da época, ocorria em tensão. Então, a “revolta” teria ocorrido como uma forma para impedir a implementação da vacinação? Teria a mídia aberto espaço para apresentar as “benfeitorias da vacina” vista como uma “novidade científica” ou para publicizar a política de higienização do Estado, a ser implementada forçosamente? Como teriam sido formulados os dizeres sobre “obrigatoriedade da vacina” ou “contrariedade à obrigatoriedade da vacinação”? Seriam benefícios ou malefícios produzidos pela ciência?

Mesmo sem respostas para todas essas questões, podemos dizer que, em relação aos efeitos de sentidos produzidos em relação à oposição da vacinação obrigatória, questões de ordem moral podem ser destacadas. Pereira (2002, p. 25) afirma se tratar

“[m]ais do que uma intromissão arbitrária sobre a vida privada dos cidadãos, a medida era vista como um indesculpável violência – ainda mais grave por seu suposto conteúdo imoral” (como observado pela formulação da charge previamente citada, cf. *supra*). Outros efeitos seriam relacionados à espoliação da população pobre. Assim, longe de ser um “medo de injeção” (PALMA, 2006), a Revolta da Vacina mais do que a implementação de um produto da ciência, foi uma guerra contra a “expropriação a que foi submetida a população carioca de baixa renda” (PALMA, 2006, n. p.). Após um processo eugenista de abolição da escravatura, que abandonava os ex-escravizados à própria sorte, colocando contra si todo o aparato repressivo do estado, a população pobre da capital, no início da República, vivia em péssimas condições.

Pfeiffer (2000) aponta que os grandes empreendimentos sanitaristas com vistas à higienização (o corpo sadio) acabaram por tomar uma forma tal que a demolição e a entrada nas casas particulares por agentes do governo, com o duplo objetivo de alterar sua estrutura (esgoto, água encanada) e alterar o comportamento das pessoas para que se adequassem às novas regras de administração sanitária (vacinação, coleta de lixo, regras de higiene pessoal), fossem tidas como “direito inquestionável” – e mesmo dever – do governo. Essa higienização possibilitaria, ao mesmo tempo, a “gentrificação” das regiões centrais da cidade e a marginalização (geográfica, agora) de uma grande parcela da população para regiões mais afastadas da cidade.

A observação aos marcadores sociais (de classe e raça) dos revoltosos em 1904 chama atenção para o aspecto sindêmico atrelado à proliferação de determinadas doenças, ou seja, para a interação agravante entre doenças (como a febre amarela e a varíola, à época da Revolta da Vacina, e a Covid-19, atualmente) e fatores de ordem econômica e social. No entanto, se a obrigatoriedade das reformas sanitárias, no Rio de Janeiro, servia igualmente à preservação apenas de uma parte privilegiada da população – a vacinação, o desalojamento e a remoção eram alvo de crítica justamente dos mais pobres e com peles mais escuras (cf. DAVIS, 2016); o perfil dos que defendem a não-obrigatoriedade da vacinação hoje parece ser diferente. Contudo, os mortos e feridos na revolta de 1904, como aponta Carvalho (1987, p.118), concentram-se entre o proletariado, que podemos assumir como majoritariamente negro e pardo¹⁰; o maior número de mortos e atingidos com a pandemia de Covid-19 igualmente são pretos e pardos do proletariado ou do precariado (MARASCIULO, 2020)¹¹.

A despeito dessas diferenças e semelhanças, observamos um movimento discursivo de continuidade no que tange ao modo como se organizam os discursos contra a vacinação obrigatória hoje, recuperando sentidos dos revoltosos de 1904 e inserindo outros. Entre 7 e 14 de novembro daquele ano, *O Commercio do Brazil* publicava em primeira página o artigo “Direito à Resistência”, em que se pregava “a recusa à vacinação por se tratar de lei inconstitucional” (CARVALHO, 1987, p.97), porque violaria os princípios de liberdade – ecos que parecem, de alguma forma, ressoar em 2020. Paralelamente à retomada da memória discursiva sobre a Revolta da Vacina, à repetição do “mesmo” (obrigatoriedade da vacinação), podem ocorrer deslizamentos de sentidos responsáveis pela reorganização da memória. A repetição vertical é propensa, em sua materialidade, a brechas e, portanto, essa propensão possibilita que outra articulação

¹⁰ Carvalho (1987) relata ainda o baixo nível de instrução dos revoltosos, em 1904, outro fator que informa raça e classe, principalmente não havendo ainda regulamentação de ensino público universal à época.

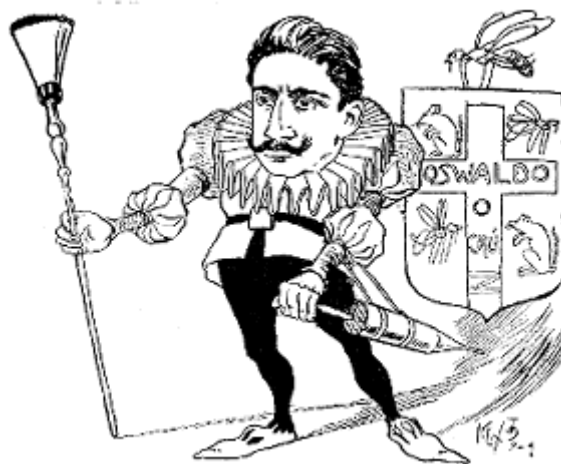
¹¹ A título de curiosidade, de acordo com pesquisa Datafolha, à época das eleições de 2018, a maior parte dos que se declararam eleitores de Bolsonaro era branca (46%) e com renda de 5 ou mais salários mínimos. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/11/1ed512da7ade5cf3da8b8768cf53dd5d.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

discursiva possa ser aberta. Os deslocamentos operados podem romper com a ordem do repetível, instaurando outras direções de sentido. É o que parece observarmos nos comentários (4) e (5) já citados – “O sr. [presidente] cumpre a constituição, que garante as liberdades individuais”; “Só espero que não seja obrigatório e que nossa liberdade seja respeitada”.

Além dos sentidos já retomados, outros efeitos de sentidos da vacinação obrigatória podem ser compreendidos como um ato despótico em 1904. Na charge de O Malho já apresentada, a legenda apresentava o seguinte texto:

Espectáculo para breve nas ruas desta cidade. Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, à frente de suas forças obrigatórias, será recebido e *manifestado* com denodo pela população. O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e da guerra russo-japonesa. E veremos no fim da festa quem será o vacinador à força!... (PÔRTO, PONTE, 2003, p.731)

Em outra charge, Oswaldo Cruz era apresentado como o “Luiz XIV da seringaço”, com brasão monárquico e vestes do século XVI.



Fonte: RIO DE JANEIRO, 2006, p.21

Da mesma maneira, hoje, os que defendem a vacinação obrigatória são comparados a ditadores (ou controladores de “liberdades individuais”), particularmente pretensos “ditadores comunistas”, como se observam nos dois comentários abaixo, feitos à postagem de Jair Bolsonaro (*cf. supra*):

(9) OBRIGADA MEU PRESIDENTE, POR NOS LIVRAR DOS DITADORES. – Comentário de 9 de dezembro de 2020, às 18h09

(10) Amém!

Se não fosse esse homem – Presidente Bolsonaro – já estaríamos como na Venezuela e Argentina, escravos da ditadura comunista.

Deus o abençoe! – Comentário de 8 de dezembro de 2020, às 18h23

Podemos, portanto, observar uma continuidade no modo como a discursividade sobre a vacina obrigatória hoje se constrói em relação à da Revolta da Vacina, apesar das diferentes condições de produção nas quais estas se dão. No contexto imediatamente posterior à Proclamação da República, imagens monárquicas (Napoleão, Luiz XIV) se associam à liberdade de não tomar vacinas, enquanto, no atual contexto de polarização

política, são imagens relacionadas às chamadas “ditaduras comunistas” que funcionam como o outro que cerceia a liberdade de não se imunizar. Ao mesmo tempo, devem-se reconhecer o modo como os opositores à vacinação obrigatória, na “guerra virtual” do *Twitter* e na Revolta (presencial) da Vacina, se encontram em polos opostos da divisão de classes em nossa sociedade, ainda que os mesmos marcadores sociais mantenham semelhanças quando se trata daqueles mais afetados pela doença focalizada nesses discursos. Uma ruptura, no entanto, deve ser levada em consideração: aquela que tange à circulação do conhecimento científico e sua aceitação social.

5. 2018 – PELO EXCESSO, O MOVIMENTO ANTICIÊNCIA TOMA ESPAÇO?

Schwarz e Starling (2015) atribuem as manifestações contra a vacinação obrigatória, em 1904, à “má informação” (SCHWARZ; STARLING, 2015, p.329). Tratava-se da primeira campanha pública de vacinação em um país cuja maior parte da população, de acordo com Carvalho (1987), não era sequer alfabetizada, muito menos tinha acesso à informação por meio de jornais ou tinha passado pela escola.

Ao longo do século XX, porém, as campanhas de vacinação e a universalização, ainda que precária, da escolarização pública, teria promovido uma aceitação ou ao menos uma naturalização de aceitação de aplicação de vacinas em massa em postos de saúde por todo o Brasil. Campanhas públicas lembram-nos da importância social da imunização – como aquelas destinadas às crianças que tem o Zé Gotinha como principal personagem de propaganda – e, sobretudo, o propósito de erradicar determinadas doenças no país. As campanhas também buscam apontar que, por meio delas, todos os brasileiros passariam a estar esclarecidos sobre a necessidade e importância das vacinas. Sobre esse aspecto, é interessante compreender os dizeres que circulavam, em 1999, ainda no início da vacinação contra gripe (Influenza) para idosos¹² (SILVA; MENANDRO, 2013). Muitos eram contrários à vacinação e diziam que essa era uma forma reduzir o número de idosos por levá-los ao óbito. Nesse movimento contrário, ressoavam sentidos outros sobre vacinação, sentidos que circulavam na Revolta da Vacina e que foram, paulatinamente, ressignificados, fixados na memória como falta de civilidade e urbanidade, ou ainda de ignorância daqueles que eram contrários à imunização.

Na década de 2010 e, com especial ênfase, durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, o discurso bolsonarista passa a promover a circulação e uma ressignificação da vacina, compreendendo-a como “alienação” – seriam os que tomam vacinas e vacinam seus filhos os “ignorantes, alienados” porque desconhecem o que há por trás da produção dos imunizantes. Em uma das muitas imagens que circularam em redes sociais, por exemplo, promovia-se a ideia de que a vacinação faz parte de um processo conspiratório empreendido por governos (falsificadores de pesquisas e fabricantes de epidemias) e indústria farmacêutica (criminosas):

¹² Em pesquisa fundamentada na Teoria das Representações Sociais, Silva e Menandro (2013) identificaram algumas representações sociais de idosos sobre a vacina da gripe que foram divididas em dois grupos: a) imunização como saúde e, por conseguinte, como sinônimo de bem-estar; b) imunização como promotora de variadas reações, não estando, portanto, relacionada à saúde, já que essa é produto da vontade divina. Embora, em uma perspectiva discursiva, outros efeitos possam ser apreendidos nos dizeres sobre essa vacinação específica, não trataremos especificamente desse tema.

Por que você **jamais** deveria vacinar o seu filho

Os governos falsificam estudos e inventam epidemias, como essa epidemia de sarampo que usou uma **imagem falsificada comprada no banco de imagens internacional iStock**.

A indústria farmacêutica é uma organização criminosas que tenta por todos os meios envenenar a população. **Essa é a forma mais eficaz de criar o cliente fidelizado para toda a vida!**

Vacinas estão repletas de venenos como mercúrio, alumínio, chumbo, tecidos animais, antibióticos, formaldeídos e vírus vivos.

Essas substâncias ficam estocadas em órgãos internos provocando graves alergias, câncer, degeneração da pele, epilepsia, diabete, autismo, danos genéticos, a feminilização dos homens e a confusão de gênero.



Fonte: <https://jornal.ufg.br/n/118701-vacinacao-entre-a-ciencia-e-as-fake-news>

Ao funcionar quase como, poderíamos dizer, uma “cartilha do movimento contrário à vacinação”, a imagem parece ser endereçada a pais: sujeitos que, de acordo, com as orientações não deveriam vacinar seus filhos sob condição alguma. Um rol de justificativas é elencado, ou melhor, gestos argumentativos (PFEIFFER, 2000) que constituem a formulação da linearidade textual: desacreditar governos e indústrias farmacêuticas, apresentar produtos químicos impróprios (venenos) na fabricação de imunizantes; listar reações adversas decorrentes da imunização. A partir de um imaginário sócio-historicamente produzido em que vacinas seriam malefícios da ciência e não estariam atreladas à saúde da população, a imagem produz como um dos efeitos possíveis o desencorajamento à sua utilização. O advérbio “jamais” grafado em vermelho imputa aos pais que vacinariam seus filhos uma atitude imprópria; afinal, estariam colocando essas pequenas vidas em risco, decretando um futuro inadequado às suas crianças (ainda de colo, indefesas e que não têm poder de escolha) e, portanto, conspurcando-as. Imagens como essa circulam em grande quantidade e têm alta celeridade de propagação nas mídias sociais, com alcance viral potente (ou mesmo potencializado) para deslegitimar certo discurso da ciência.

Aquilo que é apontado por Schwarcz e Starling (2015) em relação à falta de informação, no início do século XX, como motivo da reação contra a vacinação pode ser compreendido de maneira contrária na aurora do século XXI. Han (2017) aponta como, na assim chamada *sociedade da transparência*, caracterizada pela acessibilidade à informação e pela garantia de diversas plataformas que garantem a expressão pessoal, a disseminação de *fakenews*, muitas delas baseadas em teorias conspiratórias que fomentam a polarização social, põem em evidência, não a “transparência da informação”, mas sua opacidade:

A sociedade da transparência não padece apenas com a falta de verdade, mas também com a falta de aparência. Nem a verdade nem a aparência são transparentes; somente o *vazio* é totalmente transparente. Para exorcizar esse vazio coloca-se em circulação uma grande massa de informações, sendo que a massa de informações de imagens é um enchimento onde ainda se faz sentir o vazio. Assim, mais informações e mais comunicação não *clarificam* o mundo; a transparência tampouco o torna clarividente. A massa de informações não gera *verdade*, e quanto mais se liberam informações tanto mais intransparente torna-se o mundo. Por isso, a hiperinformação e a hipercomunicação não trazem *luz* à escuridão. (HAN, 2017, p.95-96; grifos do autor)

Como visto anteriormente, a ideia de “transparência”, para a AD, diz respeito aos efeitos produzidos pelo próprio funcionamento da ideologia. De acordo com Pêcheux, o funcionamento ideológico de uma noção – como a de vacina – representa um “concreto-

figurado” acessível à formação imaginária, aparecendo sob “a forma do ‘dado’ de um objeto para um sujeito; o caráter representativo da noção assegura a evidência do sentido no interior do consenso” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.244). Como esse sujeito é caracterizado pela posição que ocupa ao se inserir em determinada FD, matriz de produção dos sentidos, a informação (óbvia, transparente) é efeito, não dado.

Na imagem da campanha antivacina a que fizemos referência antes, observamos que a “vacina” encontra-se cumulativamente relacionada, não apenas a um “mau funcionamento da ciência”, caracterizado pelos interesses escusos da indústria farmacêutica – consonantes aos “interesses políticos” que Bolsonaro vê nas ações de Doria, como vimos anteriormente. A “vacina” se torna também explicação tanto para doenças ou condições médicas – “graves alergias, câncer, degeneração da pele, epilepsia (*sic*), diabete, autismo, danos genéticos” – como para questões de ordem moral – “a feminilização dos homens e a confusão de gênero”, escritas no meme em negrito.

Essa enumeração, que se inicia com “alergias” e tem um efeito de finalização com “confusão de gênero”, é marcada pela inserção de vírgulas – sinais discursivos (GRATHAM, 2009). Se a função da vírgula, na organização da língua, é sintática e tem valor separador dos sintagmas, na ordem da língua (ORLANDI, 2004 [1996]), a vírgula funciona, ao mesmo tempo, como adição de sentidos vários e como separação de regiões de sentido, nessa imagem digital que analisamos. Produz-se com a enumeração um efeito de empilhamento. Desta feita, uma abordagem cis-heteronormativa se soma às abordagens anticomunistas, que envolvem a discussão sobre a vacina na contemporaneidade – sentidos esses retomados pela fala do presidente, em declaração do dia 17 de dezembro de 2020¹³, na qual se afirma: “Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou se algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso” (sublinhados nossos). Não há hiância nesses vários sentidos sobrepostos, mas complementaridade pelo efeito de empilhamento dos ditos “efeitos colaterais” ou “reações adversas” que seriam experimentados e percebidos biológica e socialmente.

Ao considerar o efeito metafórico que, de acordo com Pêcheux (1997 [1969], p. 96), é definido como “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”, destacamos um complexo de deslocamentos operados desde a Revolta da Vacina, passando por outras campanhas de vacinação em âmbito nacional até que esses deslocamentos desemboquem, por meio de um jogo de efeitos metafóricos (seja em representações anedóticas ou não da ciência em que o sentido ressignifica em outro lugar), nos *tuites* e nos comentários produzidos em 2020. Afinal, os sentidos se deslocam porque os sujeitos significam dentro de uma memória.

6. CONCLUSÕES OU A ABERTURA PARA OUTROS SENTIDOS

Os efeitos de sentidos não são produzidos cronologicamente. Há um vaivém de sentidos que se constituem historicamente em relação às condições de produção e à memória discursiva. A historicidade, assim como em qualquer outro discurso, é constitutiva no discurso da ciência e no discurso sobre vacina. Nas produções discursivas analisadas nos *tuites*, o funcionamento da ideologia parece imputar ao conhecimento científico um efeito de inverdade. A tal verdade científica protegida (ou ameaçadora) por

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8>. Acesso em: 20 dez. 2020.

lancete e seringa em punho passa a ser novamente contestada, não mais pela falta de informação, mas por seu excesso – excesso de significação. A saturação ideológica busca preencher as lacunas (impreenchíveis) da memória, na busca pela completude de sentidos.

Pudemos observar distintas textualidades e como, em cada qual, a repetição interdiscursiva se concretiza no intradiscorso por meio de diferentes realizações linguísticas. Assim, compreendemos tuítes, charges e postagens de *Facebook* como bólidos de sentidos que seguem em inúmeras e diferentes direções (ORLANDI, 2004 [1996]). Tal funcionamento da repetibilidade não se constitui a partir de uma relação semântica estável, mas a partir da tensão entre sentidos que se constituem sócio-historicamente. Por meio da repetição de algumas unidades linguísticas, pudemos recortar trechos para que pudéssemos compreender o funcionamento discursivo de dizeres sobre obrigatoriedade de vacinação, atrelando-a aos sentidos de vacina como promotora da imoralidade e como conspiração política inimiga das liberdades individuais – sentidos esses que reverberam aqueles produzidos durante a Revolta da Vacina. As indagações acerca dos sentidos sobre vacinação contra Covid-19 nortearam os procedimentos metodológicos produzidos nas análises de um *corpus* heteróclito. No entanto, foi exatamente a irregularidade das textualidades que nos possibilitou produzir um fio discursivo que unisse os vários sentidos sobre vacinação e nos possibilitasse compreendê-los em seu funcionamento.

De forma alguma pretendemos encerrar – e não tínhamos pretensão de fazê-lo – as possibilidades de análise. Várias outras questões podem ser suscitadas. Apontamos um caminho dentre os vários que podem ser trilhados sempre em outras direções. Por isso não falamos em conclusão, mas em abertura para outros sentidos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Elementos de autocrítica*. Barcelona: Editora Laia, 1974.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995 [1971], p.105-142.
- ALTHUSSER, L. Contradição e sobredeterminação (Notas para uma pesquisa). In: _____. *Por Marx*. Trad. M. L. F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2015a [1966], p.71-106.
- ALTHUSSER, L. Sobre a dialética materialista (Da desigualdade das origens). In: _____. *Por Marx*. Trad. M. L. F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2015b [1966], p.133-181.
- AVRITZER, L. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- BAALBAKI, A.; D'OLIVO, F. M. A segurança não é para todos: discursos sobre violência e segurança pública. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, v.13, p.249-64, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2LyYDZt>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- BOLSONARO, Jair M. O Brasil disponibilizará vacinas... S.l., 8 dez. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1336416466539778048>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- BRASIL tem aumento de 34% na média móvel de mortes por Covid-19 e quase todas regiões com salto de óbitos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/brasil-tem-aumento-de-34-na-media-movel-de-mortes-e-quase-todas-as-regioes-com-salto-de-obitos.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORRIDA pela vacina, A. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/12/a-corrida-da-vacina.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, C. I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.116-135.

- GRANTHAM, M. R. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas: Editora R&G, 2009.
- HAN, B.-C. *Sociedade da transparência*. Trad. E. P. Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARASCIULO, M. Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais que brancos. Por quê? *Galileu*, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- MARCOS, F. L. F. *Antipolítica e democracia no pós-2008: um estudo sobre os mecanismos de despolitização da esfera pública no Brasil atual*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, 95 p., 2018.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes, 2004 [1996].
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PALMA, Ana. Dias de Revolta. *Agência Focruz de notícias*. 9 ago. 2006. Disponível em: <<https://agencia.focruz.br/dias-de-revolta#:~:text=Na%20quinta%2Dfeira%2C%2010%20de,mesmo%20ano%2C%20ap%C3%B3s%20calorosa%20pol%C3%AAmica,>>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P.; et al. (org.). *Papel da memória*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.49-57.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].
- PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1966], p.21-54.
- PFEIFFER, C. C. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2000.
- PÔRTO, A.; PONTE, C. F. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. *História, ciências, saúde*, Rio de Janeiro, v. 10 (supl. 2); p.725-742, 2003.
- RANCIÈRE, J. *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Trad. L. Cary e J. J. M. Ramos. Porto: Portucalense Editora, 1971 [1969].
- RIO DE JANEIRO. *1904 – Revolta da Vacina*. A maior batalha do Rio. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- SANTINI, Edmilson. Oswaldo Cruz, entre a febre e a espada. In: ALMEIDA, Carla; MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro (Org.). *Cordel e ciência: a ciência em versos populares*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2011. p. 54-55.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, S. P. C.; MENANDRO, M. C. S. Representações de idosos sobre vacina da gripe. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n. 8, p.2179-2188, ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800002. Acesso em: 20 ago. 2020.

Recebido: 26/3/2021

Aceito: 7/6/2021

Publicado: 9/6/2021